

Os empresários e a inflação

RODOLFO MARCO BONFIGLIOLI

A recente iniciativa tomada pelo Governo, buscando o apoio do empresariado no combate à inflação, é fato importante que merece ser considerado mais detidamente.

Não mais escapa às análises formuladas por economistas de renome a natureza psicológica e inercial do atual processo inflacionário brasileiro. Durante os últimos anos, incorporamos de tal forma a convivência com a alta contínua dos preços que, hoje em dia, a inflação passou a ser impulsionada pelo automatismo com que as empresas remarcam seus produtos ao correr do tempo.

Automatismo que, a meu ver, também traduz uma reação psicológica natural à situação de incerteza gerada pela falta de uma programação oficial confiável e pelo distanciamento que tem caracterizado o relacionamento entre a administração econômica do Governo e os empresários nos últimos anos. Nesse contexto, agravado pelos elevados juros reais, muitas empresas retraem seus investimentos produtivos e buscam auferir receita pela majoração de preços que conseguirem viabilizar. Resultado indesejável, a economia acaba "produzindo" mais preços e menos bens e serviços reais, menos emprego.

A partir destas considerações, evidencia-se a importância das reuniões que vêm ocorrendo entre as autoridades econômicas e o empresariado. Pois constituem encaminhamento factível e necessário para se debelar a infla-



RODOLFO MARCO
BONFIGLIOLI é
Presidente da
Corporação
Bonfiglioli

ção. E isto por dois motivos básicos. Primeiro, porque a quebra do automatismo nas remarcações de preços pressupõe uma coordenação superior e simultânea junto aos vários segmentos de nossa economia, incluindo-se o estatal, de forma a se distribuírem com equidade as responsabilidades setoriais pelo programa de contenção inflacionária; segundo, porque só a proximidade e o diálogo poderão reverter a insegurança dos empresários quanto aos rumos da administração econômica, conferindo-lhes o entusiasmo indispensável à consolidação de expectativas positivas que os induzam a retomar seus investimentos, a buscar o lucro através do incremento de sua produtividade e produção reais.

Tenha-se em conta que, até o momento, a simples utilização mecânica do instrumental de política monetária a que o governo vem recorrendo não surtiu maiores efeitos contra a inflação. Ante o conflito distributivo no qual os empresários se encontram inseridos, não haverá recursos que, evitando traumatismos irracionais, dispensem sua cooperação para um efetivo desbaratamento da propagação inflacionária.

Na verdade, assim como não pode haver distanciamento entre as áreas legislativas do Governo e as associações que expressam os interesses das classes presentes em nossa sociedade, para que as aspirações dos brasileiros possam ser compreendidas, ponderadas e encaminhadas politicamente, também no plano da administração macroeconômica é imprescindível que haja contínuo diálogo entre seus executores e o empresariado. Afinal, se é do Estado e da empresa privada que depende a alocação e a materialização de toda e qualquer iniciativa econômica, será somente através de uma perfeita comunicação e entrosamento entre ambos que se poderá garantir eficiência no alcance das metas que se preestabelecerem.

Nesse sentido, julgo correto e louvável o procedimento recém-adotado pelo governo para articular com o setor privado o combate à inflação. Mas espero, por outro lado, que tal iniciativa não se restrinja a este problema específico e nem, tampouco, se resume a mero expediente circunstancial para que encerremos o ano com números conformes aos acordados com o FMI.

A atual reativação da economia brasileira cria oportunidade propícia ao entendimento entre Estado e livre-empresa. Quero, portanto, registrar minha expectativa de que a nova administração a se instalar em março próximo a aproveite e desenvolva o relacionamento que se vem entabulando. Os benefícios serão colhidos por todos: sociedade e Governo.